



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1122>

As implicações da crença disposicional para a justificação inferencial

The Implications of Dispositional Belief for Inferential Justification

Samuel V. B. Cibils¹

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar uma reflexão sobre o conceito de crença, enfatizando sua importância na epistemologia. Ao examinar a distinção entre crença ocorrente e crença disposicional, espero destacar como a última é fundamental para entender o conceito de justificação, o papel da inferência na aquisição de conhecimento e a distinção entre justificação doxástica e proposicional. O objetivo é fornecer uma análise do conceito de crença disposicional para as teorias de justificação epistêmica, abordando como a definição de Fumerton contribui para as discussões sobre a estrutura da justificação e a solução infinitista proposta para o problema da regressão.

Palavras-chave: Crença disposicional. Justificação inferencial. Justificação proposicional. Infinitismo. Mente Finita.

Abstract

The purpose of this essay is to present a reflection on the concept of belief, emphasizing its importance in epistemology. By examining the distinction between occurrent belief and dispositional belief, I hope to highlight how the latter is critical in understanding the concept of justification, the role of inference in knowledge acquisition, and the distinction between doxastic and propositional justification. The goal is to provide an analysis of the concept of dispositional belief for theories of epistemic justification, addressing how Fumerton's definition contributes to discussions about the structure of justification and the proposed infinitist solution to the problem of regress.

Keywords: Dispositional belief. Inferential justification. Propositional justification. Infinitism. Finite Mind.

¹ Professor da educação básica na Escola de Aplicação da Universidade Feevale, Doutor em Filosofia pela PUCRS.

Email: samuel.cibils@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0098-8046>

Introdução

As ações as quais estamos dispostos a realizar revelam um aspecto importante sobre as atitudes humanas. Olivia, minha filha de três anos, está disposta a pegar seus brinquedos no sofá e arrumá-los na mesa, e eu estou igualmente disposto a levantar e brincar com ela. Quando faço um exame de rotina e sinto desconforto com as agulhas, ou quando assisto a um filme fascinante, as respostas emocionais também estão dispostas para mim. Estou disposto a realizar ações sociais e altruístas quando um amigo em dificuldade financeira precisa de ajuda, ou quando colaboro com uma ONG de proteção e conservação da floresta amazônica. Na escola onde trabalho, estou disposto a ensinar epistemologia para os estudantes, discutir conceitos filosóficos e planejar atividades em sala de aula. Dentre as diversas atividades que estou disposto a executar, existem também as atividades cognitivas para a formação de crenças. Estou disposto a manter uma variedade de crenças, dúvidas e descrenças, dependendo das circunstâncias ou das evidências. Considerando minhas condições de disposição, posso dizer que existem crenças disponíveis a mim. Quando estou sentado, posso acreditar que "não estou de pé" ou "não estou deitado", por exemplo. Por estar em Porto Alegre, a crença de que não estou em Palmas, no Tocantins, está disponível para mim. Dado que sei que a Terra só tem uma lua, está disponível que ela não tem duas luas, três luas etc. É possível argumentar que estamos dispostos a acreditar em muitas crenças por motivos diversos. Podemos vagamente caracterizar o conceito de *crença disposicional* como sendo basicamente as disposições do sujeito para crer. Na epistemologia contemporânea, contudo, sua definição encontra contrastes em sua abordagem teórica.

O principal objetivo deste artigo será esclarecer e limitar o conceito de *crença disposicional*, examinando uma definição particular deste conceito. Em seguida, analisarei como a definição contribuirá para o conceito de *justificação epistêmica* e o ceticismo associado a essa forma de justificação. Além disso, discutirei a importância do conceito de *crença disposicional* para os princípios que compõem a resposta infinitista (anticética) da justificação. Veremos como a crença disposicional permeia a justificação epistêmica, permitindo uma definição mais elástica de crença. Para concluir, exporei o ataque ao *argumento da mente finita*,

uma refutação predominante ao infinitismo e que ressalta a importância do conceito de *crença disposicional*.

A atitude da crença e sua relevância

Uma das características mais centrais e relevantes da mente é a formação de crenças; o conceito de crença é fundamental na filosofia. Dado que a crença verdadeira com mais algumas condições é aquilo que compõe o conhecimento², a atitude da crença é um tópico muito importante na epistemologia. As atitudes doxásticas são tipos de relações entre um agente epistêmico e uma proposição específica. Como seu objeto é uma proposição, diz-se que a atitude de crença é proposicional. Após a cláusula indicativa "que", esse objeto pode ser identificado como algo que expressa uma proposição, algo que carrega a verdade ou a falsidade da crença. Normalmente, há três opções de atitude doxástica para um agente epistêmico: i) crer na proposição, ou seja, tomá-la como sendo verdadeira; ii) suspender o juízo com respeito ao valor de verdade da proposição e, por último, iii) descrer na proposição. Segundo uma visão majoritária na epistemologia contemporânea, esta terceira atitude seria redutível ao ato de crer na contraditória. Assim, assumindo essa redução, podemos manter um modelo binário de atitudes doxásticas.

Nossos interlocutores raramente são informados sobre o objeto de nossas crenças, como se disséssemos: "Acredito/creio/penso que estou em Porto Alegre". Afirmamos apenas *que* < estou em Porto Alegre >, *que* <hoje a temperatura está abaixo de zero no Canadá>, *que* <o logaritmo é uma função para calcular equações exponenciais>, <os prótons possuem carga elétrica positiva>, e assim por diante.³ Quando falamos diretamente sobre o ato de crer, geralmente assumimos que isto está acontecendo muito claramente em nossas mentes. Uma crença geralmente é entendida como algo em que estamos pensando agora. Penso, por exemplo, que <devo limpar meu teclado do computador>, que a <cafeteira acabou de fazer o café>, que <são três e meia da tarde num verão torrencial de Porto Alegre>. Em

² Desde Gettier é assumido que justificação não é condição suficiente para conhecimento, ainda que possa seguir sendo considerada condição necessária. Há filósofos que desafiam a ideia de que conhecimento seja analisável em termos de conceitos mais simples como o de crença verdadeira e justificação. Mais detalhes, ver De Almeida (2017, cap. 17).

³ Utilizarei os símbolos '<', '>' para fazer referência às proposições.

suma, posso entender a crença como um fenômeno momentâneo da mente ao aderir a uma proposição. Tradicionalmente, crença é entendida como sendo uma *crença ocorrente*, à medida que ela está ocorrendo neste instante em nossa mente. Isso não significa que eu esteja desconsiderando as crenças que tenho armazenadas em minha memória e que posso acessar quando necessário – de uma forma ou de outra elas estão ali. Se você me perguntar qual é a capital de Moçambique, responderei rapidamente com a crença de que é Maputo, porque não me esqueci dessa informação que adquiri no passado.

Na epistemologia contemporânea, uma nova distinção foi acrescentada ao conceito de crença, ao levar em conta proposições que podem ser tomadas como verdadeiras, que são intituladas *crenças disposicionais*. Aparentemente não parece plausível afirmar que algo é uma crença porque é algo que está *disponível* para mim quando, *na verdade, não formei essa crença até então*. Assim, o termo *crença disposicional* parece ambíguo. Todavia, essa terminologia é análoga a outras atitudes das quais estou em disposição de executar em um tempo diferente do atual. Faz-se notar que *disposicionalidade*, aqui empregado, tem o papel diacrônico, ele se refere a um conjunto de situações contrafactuais na qual o sujeito não está considerando a crença, mas que está em potência de crer.

Por que é crucial para os epistemólogos distinguir categoricamente entre *crenças disponíveis* e *crenças ocorrentes*? Essa divisão serve a dois propósitos distintos: primeiro, demonstrar a distinção entre *justificação doxástica* e *justificação proposicional*, denotando a importância das crenças disposicionais para a justificação dita proposicional, e, segundo, elencar uma classe de justificadores de uma crença estruturadas numa cadeia particular de justificação. Uma vez que a noção de justificação proposicional se tornou um paradigma para falar de justificação epistêmica, o conceito de crença disposicional ganhou força na discussão sobre temas associados a essa temática, em especial, a discussão sobre a estrutura da justificação e, por conseguinte, o debate entre as teses rivais sobre como as razões retroagem em decorrência de uma proposição disputada.

Justificação epistêmica

Uma constatação trivial é a de que para termos conhecimento é preciso dispor de indicadores para nossas crenças. Tais indicadores compõem o que intitulamos de justificação epistêmica. Por exemplo, se acredito que meu carro está no estacionamento, minha crença é justificada porque tenho indicadores para isso, como a memória de ter estacionado o carro e a sensação de ter a chave no bolso. A justificação epistêmica é importante porque nos ajuda a evitar acreditar em coisas falsas. Assim como o medo normalmente indica perigo e a fome indica o desejo, os indicadores da justificação epistêmica estão orientados à verdade da proposição. A partir do debate a respeito da natureza da justificação surgem disputas - mais especificamente sobre quais propriedades um indicador necessita ter para ser qualificável para a justificação. Parte dos epistemólogos assume que ter indicadores é ter evidências. Assim, a justificação é algo que garante o sujeito racional a adequar suas crenças às evidências que adquiriu, ou de evitar crer sem ter boas evidências para isso (cf. CIBILS, 2023). Daqui em diante utilizarei o termo ‘justificação’ para abreviar ‘justificação epistêmica’.

É fácil supor que ter boas razões é o mesmo que ter justificação. Um tópico importante sobre justificação epistêmica provém de discussões a respeito do papel da inferência na justificação. Por inferência, entende-se a capacidade de raciocínio em que se extrai uma consequência a partir de razões. A cadeia formada pelas crenças é chamada *cadeia inferencial*.⁴ Segundo Feldman (2003), a cadeia inferencial consiste numa sequência estruturada de crenças, cada uma das quais é justificada por seus predecessores. Inferência é uma fonte de justificação à medida que episódios de raciocínio permitem estender o conjunto de crenças justificadas a partir de outras através da cadeia. O fato de fazermos essa operação bem ou mal, depende do fato das crenças resultantes desse processo serem verdadeiras ou provavelmente verdadeiras. Justificação mediante inferência é justificação com base em razões.

Mesmo que a inferência possa ser categorizada como uma das outras fontes de justificação (como testemunho, experiência sensorial e memória), é indiscutível

⁴ Outros termos sinônimos também podem ser utilizados; tais como: cadeia de justificação, cadeia de raciocínio e cadeia de razões.

que, dada a perspectiva do conhecimento, a inferência é a candidata mais óbvia para isso. Assim, assumiremos o que Pollock e Cruz intitulam por suposição doxástica:

A suposição doxástica é muito natural, e ninguém sequer considerou negá-la até bem recentemente. A justificativa para isso é algo como o seguinte: todas as nossas informações sobre o mundo estão encapsuladas em crenças. Parece que, ao decidir no que acreditar, não podemos considerar nada, exceto na medida em que temos crenças sobre isso. Consequentemente, nada pode entrar na determinação da justificação epistêmica, exceto nossas crenças. (POLLOCK; CRUZ, 1999, p. 23)⁵

Ao assumir essa perspectiva, não excluo a hipótese de que outras relações podem constar para a avaliação epistêmica (como, por exemplo, a confiabilidade dos processos inferenciais), embora o cerne da discussão seja a estratégia de prover a crença de suporte exprimível na linguagem natural.⁶

Estarmos justificados a crer numa proposição difere de termos uma crença justificada. De fato, a primeira é condição necessária à segunda - possuímos crença justificada à medida que a justificação para crer está disponível ao agente cognitivo. No entanto, nem sempre cremos naquilo que estamos proposicionalmente justificados a crer. Com base nisso, podemos, igualmente, afirmar que embora possamos ter justificação proposicional para inferir uma conclusão, nem sempre procedemos no raciocínio tomando a proposição como razão.

Analise a seguinte situação:

Caso da Entrevista: *Durante uma entrevista de emprego, um homem e uma mulher entregam currículos diferentes para o recrutador encarregado de julgá-los. Olhando para os dois currículos, o recrutador possui justificação para crer que o currículo da mulher é melhor para a vaga de trabalho. Mas o recrutador é machista, o que o faz pensar que deve escolher o homem para a vaga. Por causa desse viés, ele chega à conclusão de que o homem é o mais apto à vaga de emprego.*

Com base nessa história, podemos afirmar que o recrutador tem justificação proposicional para crer que <a mulher é mais adequada para a vaga de emprego> com base na proposição de que o currículo da mulher é melhor para o cargo. Porém,

⁵ No original, em inglês: “The doxastic assumption is a very natural one, and no one even considered denying it until fairly recently. The rationale for it is something like the following: all our information about the world is encapsulated in beliefs. It seems that in deciding what to believe, we cannot take account of anything except insofar as we have beliefs about it. Consequently, nothing can enter into the determination of epistemic justification except our beliefs.”

⁶ Argumentar a favor do confiabilismo é afirmar que justificação é adquirida em função da confiabilidade do processo de formação de crenças do sujeito. Mais detalhes, ver Goldman (2023).

a crença do recrutador de que o homem é mais apto não se baseia na proposição de que o currículo da mulher é melhor. Assim, podemos afirmar que o sujeito não tem justificação doxástica para crer que <a mulher é mais adequada para a vaga de emprego>, embora ele disponha da *justificação proposicional*. Dada esta possibilidade, se segue que “nem tudo em que somos justificados crer é algo em que cremos” (AUDI, 2010, p. 3).⁷

O agente tem *justificação proposicional* quando possui os fundamentos epistemicamente adequados para a sua crença. De acordo com Audi (*ibid.*), o recrutador tem justificação para a proposição <a mulher é mais adequada para a vaga de emprego> porque esta posição epistêmica se baseia na sua situação informacional. Em outras palavras, ele obtém justificação porque reconhece as habilidades técnicas e profissionais da mulher descritas em seu currículo.

A *justificação doxástica*, por sua vez, ocorre quando o agente satisfaz a condição informacional necessária para a *justificação proposicional* (e, nesse caso, o recrutador satisfaz essa condição) e forma a crença com base nos fatores que a justificam proposicionalmente - o que não acontece devido ao viés machista do recrutador. Na sua aplicação à crença, o termo "justificação" é um termo de avaliação epistêmica “ele é usado para dizer algo sobre a razoabilidade desta crença” (CHISHOLM, 1989, p. 8)⁸; i.e., seria natural e apropriado que o recrutador (como indivíduo racional) acreditasse na proposição de que <a mulher é mais apta à vaga de emprego.>. Assim, é habitual afirmar que a justificação proposicional é uma propriedade da proposição que um determinado agente está racionalmente autorizado a crer (mesmo que isso não ocorra), enquanto a justificação doxástica é uma propriedade da crença.

Ceticismo sobre a estrutura da justificação

O que torna uma crença justificada? Uma resposta plausível é a de que a crença deverá necessariamente ser apoiada por uma boa razão. Mas o que faz de uma boa razão 'boa'? A resposta pode ser a mesma; a condição necessária é que a razão seja apoiada por outra boa razão. Seguindo esse caminho de resposta, a

⁷ No original: “[...] *not everything we are justified in believing is something we do believe.*”

⁸ No original: “*The term "justify", in its application to a belief, is a term of epistemic appraisal: it is used to say something the reasonableness of that belief.*”

mesma pergunta será colocada: o que faz da boa razão que apoia a outra boa razão propriamente 'boa'? A resposta a essa questão retroagirá a um padrão - e esse padrão irá compor o problema cético do regresso das razões. Podemos estruturar o problema com o que se segue:

Para um sujeito S, e quaisquer proposições p , e R_1 :⁹

Suponha que S assere sua crença de que p . Um interlocutor qualquer – ou o próprio S em solilóquio – pode questionar sobre o estado de aceitação de p : “Por que você crê que p é verdadeiro?” Assim, S pode:

- (i) recusar em oferecer razões, ou
- (ii) oferecer uma razão R_1 como justificção para p .

Se (i) S recusar em oferecer razões, então o cético ficará satisfeito e o acusará de dogmatismo à medida que ele não fornece razões em favor da sua crença. A suspensão de juízo segue-se dessa posição, pois S não estará justificado a crer que p .

Se (ii) S apresenta outra proposição R_1 em apoio a p , então:

- (a) ou R_1 é idêntico à p ;
- (b) ou R_1 é uma proposição diferente de p .

No caso de (a), se S apresentar uma R_1 e esta proposição for idêntica à p , então o cético acusará S de circularidade viciosa ao afirmar que nenhuma proposição pode justificar a si mesma. Pense num caso em que você assere p e alguém lhe questiona: “Mas, por que p ?”, e você responde, simplesmente, “Ora, porque p !”.

Na situação (b), o cético poderá desafiar novamente S para justificar R_1 questionando: “Por que você crê que R_1 é verdadeira?” Assim:

(iii) ou S recusa-se a oferecer justificção para R_1 e, novamente, cai no dogmatismo;

⁹ Aqui, sigo o modelo de análise do problema descrito na minha tese de doutoramento. Para aumentar a objetividade e a clareza da análise, acrescentei e retirei alguns termos, motivo pelo qual não citarei literalmente.

(iv) ou S apresenta outra proposição R2 em apoio a R1.

No caso (iv), há três possibilidades:

→ R2 é idêntico a R1.

Nesse caso, o cético acusará S de raciocínio inválido, pois utilizará a própria premissa como razão para si mesma, ou:

→ R2 é idêntico a p .

Conforme essa via, o cético acusará S de raciocínio circular, pois nenhuma justificação pode retornar à proposição suspensa - dependente de justificação.

→ R2 é uma proposição diferente de p e de R1.

O último caso estabelece um padrão para a regressão; o cético pode pedir ao sujeito que dê novas razões, e assim por diante, desde que a proposição seja diferente das anteriores. Por último, o cético faz com que S suspenda o juízo, porque ele não pode continuar a dar razões para sempre quando lhe for solicitado.

Há aqui três pressupostos fundamentais. O primeiro é que a cadeia de justificação é assimétrica. Tal como a relação "ser anterior a" ou "ser mestre de" ou, então "ser dependente de", a relação "ser justificado por" exige que a ordem das afirmações na cadeia de justificação não seja invertida; ou seja, a ordem tem de ser linear e a sua justificação tem de depender do ancestral evidencial na cadeia. Por isso, esse ancestral será a crença que dá à proposição a sua justificação. O segundo pressuposto é que a crença justificada depende sempre de outras crenças. Por último, mas não menos importante, uma crença é arbitrária se não for justificada por outra crença. As três teorias de justificação podem ser usadas para ilustrar os ataques às três perspectivas céticas:

Fundacionismo (F) - S pode apresentar uma razão qualquer para a qual nenhuma outra razão posterior é requerida.

Coerentismo (C) - S pode reafirmar uma das razões fornecidas anteriormente infringindo a linearidade da cadeia.

Infinitismo (I) - S pode continuar a fornecer razões indefinidamente.

Dadas as alternativas, ao negar F ou C ou I, o cético conclui que nem F, nem C, nem I (usando a lei *De Morgan*) podem ser características plausíveis de justificação. Logo, a suspensão de juízo será a posição racional do sujeito.¹⁰

Há três possibilidades anticéticas distintas para resolução do desacordo cético, vamos a elas. Possibilidade I - para ser justificada ao nível do conhecimento para S, sua crença deverá retroagir infinitamente via uma cadeia infinita. Possibilidade F - a crença culminará numa crença cuja justificação será básica, ou seja, independente de razões. Possibilidade C - a crença é justificada numa cadeia circular de justificação na qual as razões para as razões podem retroagir até retornar a alguma proposição na cadeia.¹¹ Cada possibilidade constitui uma teoria rival da estrutura da justificação inferencial. A rivalidade entre as teorias conduz à rejeição de questões. Por exemplo, as possibilidades de justificação coerentista e infinitista rejeitam a pergunta sobre a propriedade especial da razão última na cadeia. A possibilidade fundacionista rejeita a pergunta sobre qual o momento da parada, ou como é possível obter boas razões de um raciocínio circular.

Espaço das alternativas

A posição majoritária ao ceticismo da justificação inferencial é a rota argumentativa em favor da parada do regresso e, portanto, da possibilidade fundacionista. Para tal, a razão última na cadeia inferencial é assumida como tendo uma propriedade especial que a torna justificada sem o recurso de mais razões. Fundacionistas tendem a concordar que a parada do regresso resolve a questão, embora diverjam sobre qual propriedade especial a crença final deva possuir. Quase unânime entre esses filósofos é a recusa da *suposição doxástica* - argumentando que o fim da cadeia das razões está apoiado sob uma razão fundacional não doxástica. A base desse argumento parte do senso comum de que nem sempre cremos com base em raciocínios. Por exemplo, quando vejo meu livro de lógica ao sobre a mesa da sala e penso <o livro de lógica está sobre a mesa>, creio com base na experiência perceptual, que não é uma razão por não ser uma crença. Poderíamos

¹⁰ Mais informações sobre o ceticismo associado a esse problema na história da filosofia podem ser encontradas em Machuca (2018). Também abordo o ceticismo sobre o regresso das razões na epistemologia contemporânea. Mais informações podem ser encontradas em Cibils (2023).

¹¹ Nessa formulação de resposta não haverá nenhum impedimento ao raciocínio circular.

especular que a crença básica que justificaria a proposição <o livro de lógica está sobre a mesa> seria <eu *vejo* que o livro de lógica está sobre a mesa>. No entanto, não parece que a crença adquirida por meio da introspecção racional sobre meus estados perceptuais desempenhe qualquer função na justificação da conclusão de que <o livro de lógica está sobre a mesa>. Pelo contrário, embora pareça que não fazemos esse tipo de inferência, não parece que essa alternativa resolva de modo plausível a questão sobre a propriedade essencial que os fundacionalistas atribuem ao que eles chamam de crença básica.

Em vista desse tipo de caso, de crenças que são causadas pela experiência perceptual, os fundacionistas creem que haja crenças básicas: crenças que são apoiadas por experiência imediata ou noutra fonte de justificação não-inferencial. Segundo a aceitação de que existam crenças básicas, se segue que toda crença é ou básica, ou inferida a partir de uma crença básica. O desenho desse modelo de estrutura justificatória assemelha-se a uma edificação cujos alicerces são crenças com justificação básica e as paredes e telhados servem como analogias para crenças inferencialmente justificadas. Na história da epistemologia contemporânea, tensões sobre como resolver a questão sobre qual propriedade a justificação necessita para tornar-se uma crença básica abriram caminho para alternativas diferentes de resposta.

Alternativas ao fundacionismo direcionam a discussão para a resolução da justificação sem determinar a parada na cadeia inferencial – sem, portanto, os alicerces basilares que moldam a estrutura da justificação epistêmica. Os coerentistas, por exemplo, afirmam que a justificação ignora uma linearidade assimétrica na qual as razões sustentam outras razões. Nesse sentido, epistemólogos coerentistas defendem que as razões para justificar uma crença estarão articuladas num conjunto interligado e simétrico de razões. Dessa forma, eles partem da ideia de que a justificação não é determinada por uma crença específica, mas sim pelo sistema (total ou parcial) de crenças do sujeito. O molde da estrutura coerentista de justificação assemelhar-se-ia a uma teia de aranhas, onde cada nó determinaria a sustentação da cadeia. Pode-se argumentar, no entanto, que estabelecer que a crença justificada consiste em uma crença coerente em um conjunto de crenças nos leva a acreditar que a crença justificada é um fac-símile da crença básica. Isso porque a propriedade especial da crença básica pode ser

entendida como a propriedade de *pertencer a um conjunto coerente de crenças*. Segundo essa perspectiva, autores como Sosa (1991, cap., 9) e Klein (cf. 2013) argumentam que o próprio coerentismo poderia ser entendido como uma forma de fundacionismo.

Infinitismo para solução do regresso

O infinitismo diz que o retorno das razões não impossibilita a obtenção de justificação epistêmica propensa ao conhecimento. Segundo essa perspectiva, ter justificação é ter uma cadeia de razões não repetidas, estendendo-se infinitamente. O problema é determinar como uma crença é justificada na ausência de crença básica no início da cadeia. O apoiador do infinitismo, Peter Klein, argumenta que a justificação não é passada de uma crença básica para crenças assumidas. Em vez disso, à medida que mais razões são dadas para uma crença, seu nível de justificação aumenta. Quando uma crença recebe uma razão em seu suporte, nas palavras de Klein, a crença é reforçada pela razão (*reason-enhanced*). Tal como ele afirma:

O infinitismo sustenta que um estado de crença é reforçado pela razão [*reason-enhanced*] sempre que S emprega uma razão para crer que p. É importante ressaltar que S pode tornar um estado de crença reforçado pela razão, mesmo que a base seja outro estado de crença que não seja (ainda) reforçado pela razão. (KLEIN, 2014, p. 105)¹²

Klein pensava que uma boa teoria da estrutura da justificação (ou "warrant", como ele a chamava) deveria poder explicar tanto a resposta ao problema da regressão como a ideia de "aumento da justificação".¹³ Por hipótese, acrescentando razões à minha crença e tornando-a mais forte a cada passo na cadeia, consigo chegar a um grau de justificação suficientemente bom para o conhecimento.

¹² No original em inglês: "Infinitism holds that a belief-state is reason-enhanced whenever S deploys a reason for believing that p. Importantly, S can make a belief-state reason-enhanced even if the basis is another belief-state that is not (yet) reason-enhanced."

¹³ Foi optado por traduzir *enhancement* como "aumento", embora alguns autores o traduzam como "incremento". A ideia é que aumentar o nível de justificação fortalece ou melhora a crença.

Dois princípios para justificação inferencial no infinitismo

Segundo Klein, dois princípios são imprescindíveis à abordagem infinitista, a saber, *Princípio de Prevenção à Circularidade* (PAC) e *Princípio de Prevenção à Arbitrariedade* (PAA)¹⁴. PAC afirma que: Para qualquer sujeito S e proposição *p*: Se *p* é justificado para S (em *t*), então, se R1 é uma razão sucessora de *p* para S (em *t*), então *p* não é uma razão sucessora de R1 para S (em *t*). Enquanto PAA afirma que: se *p* é justificado para S (em *t*), então existe alguma razão, R1, disponível para S (em *t*); e há alguma razão, R2, disponível a S (em *t*) para R1 (em *t*), etc., e não há uma razão última Ri na cadeia. PAC, basicamente nega a possibilidade de raciocínio circular, ao passo que PAA estabelece que nenhuma razão está desobrigada de razões posteriores, ou seja, que nenhuma crença é imune ao desafio das razões. Conforme Cibils (2023), segue a estrutura do argumento do infinitismo:

Argumento infinitista com PAC e PAA

Premissa 1: Se S tem justificação (em *t*) para *p*, então S tem uma cadeia não circular de razões em suporte de *p*. (conforme PAC).

Premissa 2: Se S tem justificação (em *t*) para *p*, então S tem uma cadeia infinita de razões em suporte de *p*. (conforme PAA).

Premissa 3: S tem justificação (em *t*) para *p*.

Premissa 4: S tem uma cadeia não circular de razões em suporte de *p*. (conforme PAC); (*modus ponens* 1,3).

Premissa 5: S tem uma cadeia infinita de razões em suporte de *p*. (conforme PAA); (*modus ponens* 2,3).

Conclusão: S tem uma cadeia infinita e não circular de razões em suporte a *p*. (*introdução da conjunção* 4, 5). (CIBILS, 2023, p. 38)

Os infinitistas argumentam que a justificação é possível somente mediante uma cadeia infinita e não repetida. Note que o infinitismo não faz parte das premissas do argumento. Em vez disso, ele se segue da conclusão do argumento, que decorre logicamente das premissas. No entanto, quando o regresso acaba? Afinal, em algum momento o agente epistêmico deverá parar de fornecer razões! Uma coisa é correta afirmar: não haverá parada no sentido de que o último elo da cadeia será imune ao desafio cético. Conforme Klein e Turri (2014, p. 2):

¹⁴ Seguirei a abreviação PAC (Principle of Avoiding Circularity) e PAA (Principle of Avoiding Arbitrariness) cf. Klein (2013, p. 279). Não traduzo as ideias de Klein palavra por palavra, mas tento manter a ideia principal.

Os infinitistas, é claro, admitem que, de fato, toda cadeia de razões realmente citada termina; mas os infinitistas negam que haja qualquer razão que seja imune a mais desafios legítimos. E, uma vez que uma razão é contestada, sob pena de arbitrariedade, outra razão deve ser produzida para que a razão contestada sirva como uma boa razão para uma crença.¹⁵

Essa concepção de infinitismo exige que o sujeito justifique uma crença com um número infinito de razões. Na história da filosofia, a objeção dos cétricos era que a capacidade de armazenamento da mente é limitada, e isso culminaria na objeção à teoria. Essa objeção na antiguidade já era conhecida por Aristóteles que afirmava ser impossível percorrer uma série infinita de razões. Na epistemologia contemporânea, Fumerton afirma algo semelhante:

Mas seres finitos não podem completar uma cadeia de raciocínio infinitamente longa – e, portanto, se toda justificação fosse inferencial, ninguém jamais estaria justificado em crer em qualquer coisa que fosse. Essa forma mais radical de todos os ceticismos é absurda (implica que não é sequer possível que se esteja justificado em crer nela mesma), e deve haver, portanto, um tipo de justificação que não seja inferencial; ou seja, é necessário que haja crenças justificadas não inferencialmente que eliminem regressos de justificação. (FUMERTON, 2014, cf. 1995, cap., 3).

De acordo com Aristóteles (livro 1, parte 3) e Fumerton (2014), as exigências do infinitismo são muito altas para seres finitos como nós, com capacidade limitada para acumular crenças. A estratégia de ambos os filósofos é reconhecer que toda cadeia de justificação inferencial deverá iniciar com crenças que não são derivadas de outras.

Considerando os princípios de justificação proposicional, PAA e PAC, é possível formular o argumento da mente finita da seguinte forma.

Para qualquer proposição p e sujeito S :

(1) PAA e PAC são princípios factíveis para justificação;

(2) Se S está justificado a crer que p , então S está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de p . (conforme PAA e PAC)

¹⁵ No original: “Infinitists, of course, grant that in fact every actually cited chain of reasons ends; but infinitists deny that there is any reason which is immune to further legitimate challenge. And once a reason is challenged, then on pain of arbitrariness, a further reason must be produced in order for the challenged reason to serve as a good reason for a belief”.

- (3) Se S está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de p , então a mente de S suporta infinitas crenças;
- (4) Toda mente humana é finita e não suporta infinitas crenças;
- (5) A mente de S não suporta infinitas crenças;
- (6) Assim, S não está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de p ; (*modus tollens* 3,5)
- (7) Portanto, S não está justificado a crer que p . (*modus tollens* 2, 6)¹⁶

Seguindo uma análise deste argumento, a premissa 2 reúne, no consequente do condicional, os dois princípios do infinitismo; além disso, o requerimento de que S possua crenças infinitas é uma consequência da aceitação de PAA e PAC. Para que S tenha justificação para p , S deve suportar (em um sentido a ser delimitado) um conjunto infinito de crenças. Em 4, temos a tese geral de que a mente é finita, e em 5, simplesmente mostramos que a mente de S instancia essa tese. A conclusão da premissa 7 é derivada de 6 por *modus tollens*. Note que 7 não é a conclusão cética por excelência, mas sim um exemplo da tese geral do ceticismo: <S não tem justificativa para acreditar em quaisquer proposições.>. No entanto, esta generalização é assegurada pela influência dos dois princípios do infinitismo.

Disposicionalidade para solução do regresso

Uma forma de esquivar-se do problema é atacando as premissas 2 e 4 do argumento acima. Primeiramente, a suposição infinitista sugere que possuir justificação não implica percorrer a série de razões. A formulação de Richard Feldman indica uma objeção mais fraca da mente finita em seu livro *Epistemology*:

Em suma, parece que você precisa de razões para suas razões caso queira que sua crença seja justificada. E isso parece um problema. Existe uma ameaça de regresso: você precisa de razões para as suas razões, e precisa de razões para essas razões, e assim por diante. Mas não parece que algum de nós poderia possuir esse suprimento infinito de razões. [...] O problema que acabamos de colocar teve um papel central na epistemologia, tanto

¹⁶ A apresentação deste argumento em minha tese de doutorado, intitulada “Introdução ao Infinitismo na Epistemologia: Uma resposta ao Trilema de Agripa” (CIBILS, 2023) sofreu algumas transformações, resultado de debates no XVIII Colóquio Perspectivas em Epistemologia Contemporânea realizado na PUCRS em 2022.

porque foi historicamente influente quanto porque é útil organizar teorias com base em como elas lhe respondem (FELDMAN, 2003, p. 50)¹⁷

Nessa abordagem, a falta de *disposicionalidade* de uma cadeia inferencial infinita resulta no entrave à justificação epistêmica. Segundo Klein, o infinitismo se baseia na premissa de que a disposicionalidade é infinita, e a estratégia para contornar a objeção da mente finita é explicar como seres finitos têm séries infinitas *disponíveis*. Nesse sentido, a ênfase será colocada na *justificação proposicional* das razões do sujeito para acreditar em uma proposição. Para rebater o argumento, não será necessário que S creia justificadamente ou apresente razões em apoio à crença contestada; basta que S tenha acesso a essas razões sempre que for contestado.

No início deste texto, discutimos em linhas gerais como a disposicionalidade é estabelecida para atitudes proposicionais. Diversos filósofos contemporâneos defendem a noção de que as crenças estariam sujeitas à disposicionalidade.¹⁸ Klein (1999) apresenta o exemplo da tempestade para ilustrar o conceito de *crença disposicional*. *Caso da Tempestade*:

S pode não estar pensando que *agora ele está em Montana em meados do inverno olhando para as nuvens escuras que se juntam*, mas se lhe perguntarem por que é que ele crê que *uma tempestade de neve é iminente*, ele afirmará conscientemente que está em Montana em meados do inverno, olhando para as nuvens escuras que se aglomeram. A questão é que ele *tem* a crença mesmo antes de formar o pensamento consciente.¹⁹ (KLEIN 1999, p. 300, grifo meu)

Analisando o exemplo, a crença de S de que T: <uma tempestade de neve é iminente>²⁰ tem como justificação proposicional as razões de S de que ele <está em Montana em meados do inverno> e que ele <está olhando para as nuvens escuras que se aglomeram.> No entanto, que espécie evidência é essa que suporta a crença

¹⁷ No original: “In short, it seems that you need reasons for your reasons if your belief is to be justified. And this looks like trouble. There is a regress threatening: You need reasons for your reasons, and you need reasons for those reasons, and so. But it does not seem as if any of us could ever have this endless supply of reasons.”

¹⁸ Ver, especialmente, Fumerton (1995) e Audi (1993).

¹⁹ No original: “S may not now be thinking that she is in Montana in mid-winter looking at dark clouds gathering, but if asked why she believes a snowstorm is immanent, she will consciously affirm that she is in Montana in mid-winter looking at dark clouds gathering. The point is that she has the belief even before she forms the conscious thought.”

²⁰ O termo ‘imaneente’ foi alterado por ‘iminente’; uma pequena correção, mas que visa manter a ideia subjacente ao exemplo cujo sentido é afirmar que uma tempestade de neve está para ocorrer em breve.

T? Uma via de resposta para Klein é a de que não se faz necessária a inferência de T das razões de que ele <está em Montana em meados do inverno, olhando para as nuvens escuras que se aglomeram>. Bastaria que S simplesmente olhasse as nuvens! Como afirmado anteriormente, há uma suposição de senso comum de que, quando tenho a experiência imediata de que estou vendo algo à minha frente, minha justificação não seria derivada de minha crença de que estou vendo algo. E parte majoritária dos fundacionistas sustenta que a crença de estar olhando algo não resulta num bom justificador inferencial para crer. A minha crença de que <sinto que estou sentado> não justifica minha crença de que estou sentado e não estou dormindo ou alucinando que estou sentado. Fundacionistas defendem que a justificação apropriada se origina da relação causal imediata do sujeito com a crença T. Em outras palavras, o cenário desenhado por Klein sutilmente encobre uma forma equivocada de descrever o processo de formação de crenças de S.

Uma segunda alternativa de análise supõe que S talvez pudesse incluir dados do seu estado perceptual (não-doxástico) não previamente examinados no seu campo de observação; ou, então, atentar cuidadosamente para as sensações sobre a direção do vento e das nuvens. Esses indicadores forneceria novas crenças que, por seu turno, poderiam estimular S a realizar outras induções sobre a formação de tempestades que antes não eram nítidas; ou, ainda, a executar formas distintas de raciocínio abduativo de razões que servem para enquadrar as suas observações sobre o tempo. Se for esse o caso, uma hipótese sugere que S não possuirá todas as razões disposicionais para T quando for desafiado, e que a disposicionalidade de crenças pode depender de aspectos não inferenciais de sua experiência. Isso é inconsistente com o princípio PAA que exige que o sujeito epistêmico mantenha o conjunto disponível de crenças encadeadas que justificam T quando a proposição é desafiada. Além disso, essa análise, assim como a anterior, nega a suposição doxástica de Pollock, ocasionando uma concepção impurista de infinitismo.²¹ Uma concepção impura é aquela que tenta reconciliar duas visões opostas sobre a justificação. Nesse caso, uma concepção impura busca reconciliar a justificação não inferencial, que é comumente associada ao fundacionalismo, com o infinitismo.

²¹ Discuto essa concepção impurista com mais detalhes em minha tese. Ver Cibils (2023).

Fumerton sobre a disposicionalidade

Muitos filósofos apresentam o conceito de *crença disposicional* como forma de apreciação conceitual da noção de justificação proposicional. E uma via de análise do infinitismo, tal como indicada por Klein, poderia precaver-se com uma noção teoricamente mais isenta de disposicionalidade. No artigo "Inferential Justification and Empiricism." (1976), Richard Fumerton apresenta o que ele entende por crença disposicional na seguinte passagem:

Cada um de vocês acredita ou aceita muitas proposições que não estão considerando agora, sobre as quais não estão pensando agora. Cinco minutos atrás, por exemplo, todos vocês acreditavam que $7 + 5 = 12$, embora nenhum de vocês estivesse pensando nessa proposição. Se uma crença ocorrente em uma proposição pode ser pensada como um estado psicológico que atende à consideração dessa proposição, então a análise mais direta de uma crença disposicional empregaria um condicional subjuntivo:

D₃ S acredita disposicionalmente P = Df. S acreditaria (ocorrentemente) em P se ele o considerasse.²² (ibid., pp.564 - 565)

Para Fumerton, a crença disposicional é uma classe de crenças na qual estamos dispostos a considerar dada uma situação contrafactual. Crenças ocorrentes, ao contrário, são o estado psicológico atuais decorrentes da consideração da proposição. Note que ele determina a definição de crença disposicional em termos de uma sentença condicional subjuntiva. Aqui, o autor trata de sentenças com justificação a priori, embora, de forma análoga, a distinção também tratará de crenças com base em indução:

Assim, cinco minutos atrás você tinha a crença disposicional justificada por inferência de que o fogo é quente, uma crença justificada em virtude do fato de você manter outras crenças disposicionais justificadas, por exemplo, que toda vez que você se aproximou do fogo no passado estava quente. (ibid.)²³

²² No original, em inglês: "It is important to note that the above distinctions can be compounded by recognizing a distinction between occurrent and dispositional belief. Each of you believes or accepts many propositions that you are not now entertaining, about which you are not now thinking. Five minutes ago, for example, you all believed that $7 + 5 = 12$ even though none of you were thinking about that proposition. If an occurrent belief in a proposition can be thought of as a psychological state attending the consideration of that proposition, then the most straightforward analysis of a dispositional belief would employ a subjunctive conditional:
D₃ S dispositionally believe P = Df. S would believe (occurrently) P if he were to consider it."

²³ No original em inglês: "Thus five minutes ago you had the inferentially justified dispositional belief that fire is hot, a belief which is justified by virtue of the fact that you hold other justified dispositional beliefs, for example, that every time you approached fire in the past it was hot. "

Outro exemplo são crenças sobre estados perceptuais a respeito de fatos - Se eu olhar um objeto vermelho, terei justificção para crer que ele é vermelho, pois meus sentidos estão capacitados a isso. Além disso, segundo o autor, as crenças disposicionais são potencialmente infinitas e podem ser divididas em inferenciais e não inferenciais. Contudo, não é necessário se comprometer com essa divisão, uma vez que a definição não viabiliza tal discussão. Assim, Fumerton conclui no parágrafo citado:

Que alguém possa ter um número infinito de crenças disposicionais justificadas, todas as quais podem desempenhar um papel na justificção de outras crenças, é a fonte de minha preocupação acima mencionada sobre a solidez do argumento para fundamentação. Esse argumento baseava-se na afirmação de que uma regressão infinita da justificção era viciosa, uma afirmação que parece bastante incontroversa enquanto se pensa na justificção como envolvendo um processo consciente de raciocínio. Não precisamos nos preocupar com uma discussão mais aprofundada dessa questão agora, pois neste artigo estamos preocupados apenas com aquela parte do empirismo que insiste que a justificção de crenças em proposições de objetos físicos sempre envolve apelo a proposições sobre sensações. Podemos deixar em aberto a segunda parte dessa tese, ou seja, que as crenças em algumas proposições sobre a experiência são, em algumas ocasiões, justificadas de forma não inferencial. (FUMERTON, 1976, p. 566)²⁴

Fumerton tem receio de admitir que crenças disposicionais infinitas levem a uma cadeia infinita, uma vez que considera que tais infinitudes são impossíveis de serem percorridas. Todavia, o flanco para a abordagem infinitista é aberto e podemos reformular uma resposta ao problema da mente finita tal como segue:

Contra-objeção ao argumento da mente finita

Para qualquer proposição, p, e sujeito S:²⁵

- (1) PAA e PAC são princípios factíveis para justificção; (repetição de 1 do AMF)

²⁴ No original: “That one might be able to have an infinite number of justified dispositional beliefs, all of which can play a part in the justification of other beliefs, is the source of my aforementioned concern over the soundness of the argument for foundations. That argument rested on the assertion that an infinite regress of justification was vicious, an assertion which seems quite uncontroversial as long as one thinks of justification as involving a conscious process of reasoning. We need not concern ourselves with further discussion of this issue now, for in this paper we are concerned only with that part of empiricism which insists that justification of beliefs in physical-object propositions always involves appeal to propositions about sensations. We can leave open the second part of that thesis, namely that beliefs in some propositions about experience are on some occasions noninferentially justified.”

²⁵ Reitero minha linha de argumentação da tese. Aqui, estou literalmente seguindo cada etapa do processo de raciocínio.

- (2) Se S está justificado a crer que p, então S tem disponível uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de p.
- (3) Se S tem disponível uma cadeia inferencial infinita e não repetida de razões justificadoras de p, então a mente de S suporta infinitas crenças;
- (4) A mente humana suporta infinitas crenças (contra 4 do AMF);
- (5) A mente de S suporta infinitas crenças;
- (6) Logo, S tem disponível uma cadeia inferencial infinita e não repetida de razões justificadoras de p; (CIBILS, 2023, p.64)

A guisa de conclusão

Diferentemente do argumento da objeção, esse argumento é claramente inválido, pois não podemos derivar 6 de 3 tal como derivamos 6 de 3 no argumento anterior. Embora o contra-argumento não tenha funcionado como esperado, ainda assim, é admissível analisarmos suas premissas. Basicamente, o que se segue desse argumento é que a *mente infinita é condição necessária, porém não suficiente para que S esteja justificado a crer em p*. Uma vez que faz sentido aceitar a definição subjuntiva de Fumerton, a tese da disposicionalidade resolve uma parte do problema do infinitista. Para o infinitismo, é importante saber o que precisará ser adicionado à ideia de "crença disposicional" à luz dos princípios PAA e PAC para descobrir o critério de suficiência da justificação. Se a condição necessária foi efetivamente definida aqui, então o infinitista deu um passo ousado à frente das demais teorias da estrutura da justificação.

Referências

ARISTÓTELES. *The Internet Classics Archive | Posterior Analytics by Aristotle*. Disponível em: <<http://classics.mit.edu/Aristotle/posterior.1.i.html>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

AUDI, R. *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. 2ª ed. Routledge, 2010.

AUDI, R. *The Structure of Justification*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1993.

CHISHOLM, R. M. *Theory of Knowledge*. 3. ed. Nova Jersey, Englewood Cliffs, EUA: ed. Prentice-Hall, 1989.

CIBILS, S. *Introdução ao Infinitismo na Epistemologia: Uma resposta ao Trilema de Agripa* (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, RS, 2023.

DE ALMEIDA, C. Knowledge, Benign Falsehoods, and the Gettier Problem, em BORGES, R.; ALMEIDA, C. DE; KLEIN, P. D. (eds.) *Explaining Knowledge: New Essays on the Gettier Problem*. Oxford University Press, 2017.

FELDMAN, R. *Epistemology*. Hoboken, Nova Jersey, EUA: Prentice Hall, 2003.

FELDMAN, R.; Conee, E. *Evidentialism: Essays in Epistemology*. Oxford, Reino Unido: Clarendon Press, 2004.

FUMERTON, R. *Epistemologia*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, versão Kindle, 2014.

FUMERTON, R. *Metaepistemology and Skepticism*. Rowman & Littlefield, 1995. p. 913–918.

FUMERTON, R. *Inferential Justification and Empiricism*. The Journal of Philosophy, New York, NY v. 73, n. 17, p. 557-569, 1976.

GOLDMAN, A.; Beddor, B. Reliabilist Epistemology. In: Zalta, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2021. Stanford University, 2021. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/reliabilism/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

KLEIN, P. D. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Philosophical Perspectives*, v. 13, p. 297–325, 1999. DOI: 10.1111/j.1520-8583.1999.00297.x.

KLEIN, P. D. Infinitism is the Solution to the Epistemic Regress Problem. In: Matthias, S.; Ernest, S. (Eds.). *Contemporary Debates in Epistemology*. 2^a ed. Blackwell. Chichester, Reino Unido, 2013.

KLEIN, P. D. No Final End in Sight. In: Neta, R. (Ed.). *Current Controversies in Epistemology*. Routledge, 2014. p. 95-115.

KLEIN, P.; TURRI, J. Introduction. In: *Ad Infinitum: New Essays on Epistemological Infinitism*. Oxford University Press, 2014.

MACHUCA, D. E. (ED.). *Skepticism: From Antiquity to the Present*. Londres, Reino Unido: Ed. Bloomsbury Academic, 2018.

POLLOCK, J. L.; CRUZ, J. *Contemporary Theories of Knowledge*. Lanham, Maryland, EUA: Rowman & Littlefield, 1999.

SOSA, E. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. Reino Unido, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

Recebido em: 25/07/2023.

Aprovado em: 23/12/2023.

Publicado em: 26/12/2023.